

Ler História

78 | 2021

Mobility and Displacement in and around the Mediterranean

Espelho de Clio

José Manuel Tengarrinha (1932-2018), historiador

*José Manuel Tengarrinha (1932-2018), historian**José Manuel Tengarrinha (1932-2018), historien*

SÉRGIO CAMPOS MATOS, DAVID LUNA DE CARVALHO E ANTÓNIO BORGES COELHO

p. 241-250

<https://doi.org/10.4000/lerhistoria.8473>

Resumos

Português English Français

José Manuel Tengarrinha foi um dos primeiros historiadores portugueses a construir estudos de conjunto sobre a história da imprensa periódica em Portugal, dos seus primórdios à instauração da I República e, numa perspectiva estrutural, sobre os conflitos sociais, rurais e urbanos, de meados do século XVIII até à emergência do Estado Novo. Neste artigo colectivo, de carácter evocativo, inclui-se: uma breve biografia intelectual do historiador, salientando os traços mais marcantes da sua obra historiográfica; uma apreciação do seu contributo para o conhecimento das lutas sociais em Portugal; e uma breve evocação pessoal de um colega que acompanhou de perto o seu percurso historiográfico e cívico.

José Manuel Tengarrinha was one of the first Portuguese historians to make an overarching study of the history of the periodical press in Portugal, from its beginnings to the establishment of the First Republic and, from a structural perspective, of the rural and urban social conflicts in Portugal, from the mid-eighteenth century to the emergence of the *Estado Novo*. This collective article, with an evocative character, includes: a brief intellectual biography of the late historian, highlighting the most striking features of his historiographical work; an appraisal of his contribution to the knowledge of social struggles in Portugal; and a brief personal evocation by a colleague who closely followed his historiographical and civic journey.

José Manuel Tengarrinha a été un des premiers historiens portugais à construire une étude globale de l'histoire de la presse périodique au Portugal, de ses débuts à l'établissement de la Première République et, d'un point de vue structurel, des conflits sociaux ruraux et urbains au Portugal, du milieu du XVIII^e siècle à l'émergence du *Estado Novo*. Cet article collectif, au caractère évocateur, comprend: une brève biographie intellectuelle du défunt historien, mettant en évidence les traits les plus marquants de son travail historiographique; une évaluation de sa contribution à la connaissance des luttes sociales au Portugal; et une brève évocation personnelle par un collègue qui a suivi de près son parcours historiographique et civique.

Entradas no índice

Mots-clés : historiographie, citoyenneté, presse, histoire sociale.

Keywords: historiography, citizenship, press, social history.

Palavras chaves: historiografia, cidadania, imprensa, história social.

Texto integral

1. José Manuel Tengarrinha: história e cidadania (Sérgio Campos Matos)

- 1 No percurso intelectual de José Manuel Tengarrinha, uma marca importa desde logo notar: a estreita relação entre o trabalho do historiador e a experiência vivida, entre empenho na investigação e consciência cívica. História e vida encontram-se no seu percurso indissociavelmente associadas, o que é bem patente no seu interesse de sempre por tópicos como o jornalismo, a opinião pública e os conflitos sociais em meios urbanos e de província. Nascido em Portimão em 1932, em tempos de ditadura, numa família de média-burguesia (o pai era delegado do Banco de Portugal naquela cidade), frequentou o liceu de Faro, onde começou a formar uma consciência política e, já em Lisboa, o liceu Charles Lepierre. Em ruptura com o pai, inscreveu-se depois à sua custa na Faculdade de Letras de Lisboa (onde viria a licenciar-se em 1958).
- 2 Foi jornalista profissional de 1953 a 1962, quando a censura o proibiu de exercer actividade (era então chefe de redacção do *Diário Ilustrado*). Durante o Estado Novo, em condições adversas, no combate pela liberdade de expressão sofreu várias prisões (Aljube, Penamacor, Caxias) (Letria 2015, 33-65). A sua atribulada e diversificada actividade profissional motivou-o a estudar relevantes figuras de jornalistas e políticos oitocentistas: António Rodrigues Sampaio, José Estêvão ou Sá da Bandeira. E a dedicar-se a traduções para português de obras literárias, de ensaio e história (Dostoievski, Ianovski, Balzac, Stendhal, entre outros). Em 1962 foi-lhe atribuído o prémio da Associação dos Homens de Letras do Porto pelo trabalho sobre António Rodrigues Sampaio. Obteve então uma bolsa de estudo da Fundação Calouste Gulbenkian (1963-66) para prosseguir investigações sobre a história oitocentista portuguesa. Trabalhou igualmente nas revistas *Vértice* e *Seara Nova*. E, poucos anos depois, foi um dos fundadores, com Joel Serrão e José-Augusto França, do Centro de Estudos do Século XIX no Grémio Literário (1969-74) que, à margem da universidade, promoveu cursos e colóquios sobre temas oitocentistas. Por essa época (1972), chegou a estar inscrito num doutoramento em história na Sorbonne, sob a orientação de Albert Soboul, com quem aprofundou o tema dos movimentos camponeses e a revolução liberal. Todavia, vicissitudes da vida política e, depois, a morte de Soboul retardaram a tese que, já nos anos 80, viria a ser orientada por Jorge Borges de Macedo.
- 3 O seu constante empenho na oposição ao Estado Novo remontava aos tempos do MUD juvenil ainda no Algarve (de cuja direcção, ainda muito jovem, fez parte) e prosseguiu no Partido Comunista Português: foi um dos organizadores da Frente de Oposição Democrática nas eleições para a Assembleia Nacional de 1961 e, posteriormente, da CDE nas eleições de 1969 e de 1973. Destacou-se no Congresso Republicano de 1969 e depois no Congresso Democrático reunido em Aveiro (1973). Após a revolução de 1974 foi deputado na Assembleia Constituinte e liderou o MDP (Movimento Democrático Português) durante cerca de duas décadas. Antes e depois da revolução, a sua acção ficaria marcada por um combate insistente no sentido da unidade das forças de esquerda, procurando as convergências possíveis. Um combate a que não terá sido alheio o seu interesse pelos conflitos sociais. Mas a intervenção cívica de José Tengarrinha prosseguiu sob outras formas: destaque-se a sua acção de dinamização cultural e científica ligada à Câmara Municipal de Cascais (tendo ocupado o cargo de vice-presidente da Assembleia Municipal) e a organização, durante cerca de

duas décadas, dos Cursos Internacionais de Verão da autarquia. Deles resultou a publicação de numerosas actas, com apoio da FCT – um valioso manancial de contribuições de especialistas nas mais variadas matérias, das ciências sociais às ciências da natureza. Sem esquecer o curso de Cultura e Formação Autárquica, uma parceria entre a Faculdade de Letras de Lisboa e a Câmara Municipal de Cascais.

- 4 A par da sua actividade enquanto historiador, foi professor universitário, primeiro pontualmente no Instituto Superior de Economia (1972/73) e, desde Outubro de 1974, na Faculdade de Letras de Lisboa. Aí exerceu funções docentes até à sua jubilação como professor catedrático em 2002. Foi responsável pelas unidades curriculares de História Económica e Social (séculos XVIII-XX), História Geral Contemporânea (séculos XVIII-XX) e História Contemporânea de Portugal (séculos XVIII-XX); e pelos seminários Legislação Vintista, A Sociedade Oitocentista Portuguesa Através da Imprensa, Associativismo Operário em Portugal no Século XIX, Greves em Portugal no Século XIX, Greves em Portugal no Século XX, História dos Partidos e das Ideologias Políticas, História do Brasil (séculos XVIII-XX) e História Regional e do Municipalismo (séculos XVIII-XX). Os temas destes seminários exprimem de um modo coerente as linhas de força dos seus interesses historiográficos (ligados, afinal, aos grandes envolvimento e sentidos da sua vida), numa evidente continuidade: a imprensa periódica, a vida política e os conflitos sociais situados em contextos económicos e políticos bem determinados.
- 5 Deste ponto de vista, as suas obras mais significativas são a *História da Imprensa Periódica Portuguesa* (1965, com 2ª edição em 1989), a *Nova História da Imprensa Portuguesa* (2013), os *Estudos de História Contemporânea de Portugal* (1983) e a tese de doutoramento, sobre *Movimentos Populares Agrários em Portugal* (1994). Entre outros, estes estudos constituem ainda hoje obras de referência. As investigações no campo da imprensa periódica levaram-no a explorar, com equipas alargadas de estudantes, conflitos sociais no Portugal dos séculos XIX e XX. Resultados preliminares dos trabalhos sobre greves, desenvolvidos segundo uma metodologia de história quantitativa, foram apresentados num encontro promovido pelo GIS e publicados, primeiro, num artigo da *Análise Social* (1981) e, depois, integrados em livro (Tengarrinha 1983). Uma das suas preocupações foi a de complementar esse tipo de abordagem com um estudo qualitativo das fontes empreendido em *Movimentos Populares Agrários em Portugal* (1994) e no livro póstumo *Lutas Laborais e Formação da Classe Operária Portuguesa* (no prelo, edições do Centro de História da Universidade de Lisboa).
- 6 Neste último trabalho, tal como na tese de doutoramento, é bem evidente a distanciação crítica em relação a interpretações presentistas do passado, a exigência de confronto entre teoria e informação empírica e o cuidado na precisão conceptual, tendo sempre em consideração os usos contextuais do vocabulário social e político nas épocas em estudo e a ponderação de conceitos operatórios pertinentes. Como exemplos desta atitude cautelosa, note-se o cuidado no recurso aos termos usados para descrever a conflitualidade social: greve, movimento, tumulto (usado para manifestações públicas em meios rurais), berradeira (mais para meios urbanos), motim (aplicado a conflitos mais violentos). Ou ainda, num âmbito mais geral, conceitos, não raro usados indistintamente, como revolução e reforma.
- 7 Entrevê-se, assim, no longo percurso de quase sessenta anos de experiência profissional de historiador, o apuramento de um método integrador e crítico, em que múltiplas dimensões da vida humana estão presentes, das condições económicas aos conflitos por melhores condições de vida, situadas em conjunturas bem determinadas, incluindo diferentes modos que assumiram as lutas sociais em meios rurais ou urbanos, passando pela observação de instituições políticas, movimentos culturais e vida quotidiana. O imenso campo da imprensa periódica (Avelar 2019) e variadas fontes arquivísticas forneceram-lhe elementos indispensáveis para alargar o conhecimento dos conflitos sociais e políticos, acedendo a variadas formas de expressão da cultura letrada, da opinião pública e de expressão do humano. José Tengarrinha pôde assim articular uma visão complexa da sociedade portuguesa na transição do Antigo Regime para a modernidade liberal e republicana, não lhe impondo expectativas de um futuro político que nela não existia. Começou a construí-la nos anos 60 a partir de um ponto

de vista *top-down* – da cultura das elites para a dos grupos sociais populares – para a complementar posteriormente com um outro, de sentido inverso, da base para o topo, dando atenção ao que Jorge Borges de Macedo (1984, 21) qualificaria de o “grande ausente” na história contemporânea portuguesa: o rural, o camponês, o lavrador, o provinciano.

8 Os estudos sobre o movimento operário e os conflitos sociais urbanos que tiveram especial destaque na historiografia portuguesa dos anos 1960 e 70 foram muito marcados pelo marxismo e pelos ideários anarquistas. Tenderam a cair no esquecimento, não só em Portugal, a partir da década seguinte. Mas regressaram nos últimos anos incorporando outras orientações pela mão de historiadores mais jovens. Alheio a modas, José Tengarrinha prosseguiu e aprofundou os seus trabalhos, acrescentando e aprofundando novos conhecimentos a anteriores investigações. Ou distanciando-se de teses durante tanto tempo difundidas: por exemplo, a da suposta indiferença do mundo rural em relação à primeira experiência política liberal portuguesa e à mais tardia monarquia constitucional, articulando múltiplos pontos de vista (estrutural, conjuntural e do acontecimento), os movimentos de resistência dos grupos rurais, comparando-os com os movimentos urbanos. Ou sublinhando outras dimensões pouco estudadas – caso do relevante papel da opinião pública no campo político, também nos meios de província (veja-se Tengarrinha 2006). Abriu, assim, um campo pouco explorado pelos historiadores portugueses, relevante também para compreender a base social do miguelismo entre grupos sociais desfavorecidos que, a seu ver, não se deve confundir com apoio ao regime senhorial.

9 Deu-nos, pois, uma obra singular, indispensável para a compreensão da emergência da modernidade no campo da imprensa periódica, da cultura letrada, da cultura política e dos conflitos sociais. Sem esquecer a comparação com outras experiências históricas europeias. Não surpreende que os seus trabalhos tenham transposto fronteiras, sobretudo nos países do sul da Europa e no Brasil. O seu percurso intelectual e político é bastante instrutivo para equacionar a relação sempre complexa entre presente e passado, entre trabalho historiográfico e intervenção política no espaço público em muito diversos contextos: em ditadura e em regime democrático.

2. O contributo de Tengarrinha para o estudo das lutas sociais em Portugal (David Luna de Carvalho)

10 José Manuel Tengarrinha estudou as lutas sociais em Portugal entre 1751 e 1825, quando o país era, sobretudo, agrário. Como o próprio historiador referiu, a designação de “agrários” para os movimentos populares que estudou, mais do que uma tipologia de movimento, definia um espaço de movimentos populares (Tengarrinha 1994, 42). Tendo sempre presente o legado de Albert Silbert (1978) com o seu monumental estudo sobre o Portugal mediterrânico, José Manuel Tengarrinha foi um dos primeiros historiadores portugueses que estudaram exaustivamente o povo dos campos em Portugal no dealbar da contemporaneidade. O seu estudo repercutiu-se em muitíssimas publicações, comunicações e aulas (nomeadamente as que tivemos o privilégio de frequentar em 1981 e que nos influenciaram decisivamente para que também investigássemos a história dos povos dos campos). Dos seus trabalhos sobre este tema, destacaremos a sua tese de doutoramento sobre os movimentos populares agrários em Portugal entre 1751 e 1825, defendida em 1993 na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e publicada em 1994, um pequeno texto sobre o mundo rural português (2000a), e o livro *E o Povo onde está?* (2008), onde volta a reflectir sobre a temática dos movimentos populares agrários.

11 Com os resultados da sua imensa e longa pesquisa, confirmando tensões e conflitos sociais protagonizados pelo povo nesse mundo rural, José Manuel Tengarrinha preocupou-se em analisá-los, formulando uma tipologia para as suas manifestações (baseada nos objectivos, motivações e graus de gravidade perante o poder),

quantificando-as, seriando-as, cartografando-as, considerando a sua intensidade, o seu carácter defensivo ou ofensivo, o seu isolamento e/ou as suas conexões e, sobretudo, o modo como se repercutiram nos centros de poder, influenciando-o política e socialmente. Em suma, Tengarrinha preocupou-se em elaborar uma história estrutural, só possível de ser compreendida num universo temporal suficientemente amplo para que o sentido histórico dos movimentos sociais pudesse ser interpretado. Os limites cronológicos do seu estudo sobre os movimentos agrários correspondem a dois factos políticos: o começo do governo de D. José e, aproximadamente, o fim do governo de D. João VI, mas foram escolhidos por terem sido marcos expressivos da história portuguesa numa dimensão mais ampla do que a política. 1751 apresentou-se como o início do terceiro e último grande período da monarquia absoluta, tendo-se verificado um aumento do poder central pela criação de novos órgãos de intervenção em muitas áreas, nomeadamente na económico-social e verificando-se também uma fase de alta moderada dos preços, indiciando uma maior dinâmica económica. 1825 correspondeu também ao fim de um ciclo, o fim do período do impacto da Revolução Liberal de 1820 e da mesma forma, em termos económicos, iniciou o fim de um período de baixa acelerada dos preços.

- 12 Onde estava o povo, esse povo agrário? Estava isolado e alheio ao que se passava para além da área onde habitava e trabalhava, ou ia tomando consciência de que pertencia a um meio político, social, económico e cultural que transcendia essa região, ou seja: o estado-nação? Qual o significado das suas acções de contestação neste âmbito? Segundo Tengarrinha, antes das invasões francesas, os movimentos populares agrários, mesmo quando eram amplos, nunca tiveram uma dimensão nacional. Na segunda metade e, sobretudo, no final do século XVIII os movimentos contra os encargos senhoriais, e depois em defesa das terras comunais e baldios e contra a sua apropriação individualista, foram lutas localizadas que não se traduziram por um nível profundo de ruptura social (Tengarrinha 2000a, 316). As invasões francesas fizeram surgir um princípio de consciência nacional, devido aos movimentos populares agrários que geraram. Embora estes não tivessem colocado em causa o regime político absolutista, criaram condições mais favoráveis para provocar um eco político e nacional. Pela primeira vez verificou-se a legitimação da rebelião popular, a que aderiram classes sociais mais elevadas (Tengarrinha 2000a, 318).
- 13 Nos três primeiros anos da Revolução Liberal, a densidade política no espaço agrário aumentou e isso verifica-se pelo grande movimento peticionário enviado à Assembleia Constitucional. Tal deveu-se à introdução do sufrágio universal masculino para as Cortes Constituintes, aos debates parlamentares sobre os encargos feudais, às reuniões públicas em espaços agrários para promover as vantagens da nova legislação liberal, a uma grande acção de intermediários culturais, nomeadamente clero liberal e antiliberal, à proliferação de panfletos, jornais e outros meios de propaganda escrita (Tengarrinha 2000a, 318). A violência rural teve também alguns aspectos inovadores entre 1821 e 1825, especialmente nos dois anos que se seguiram à Vilafrancada, pois aquela que surgiu no âmbito antisenhorial, alastrou a uma área mais vasta e teve maior duração do que antes (Tengarrinha 2008, 140).
- 14 Segundo Tengarrinha (2000a), o sincretismo entre o plano político e o religioso foi mais intenso no período referido do que no das invasões francesas. Não obstante a grande influência da Igreja Católica, esta foi colocada em causa, especialmente no que respeita ao clero regular, uma vez que o povo dos campos passou a dar menos importância às penas espirituais resultantes da sua oposição aos encargos que tinha para com os mosteiros, nomeadamente através da recusa do pagamento da dízima. No Sul, onde a questão religiosa e a presença senhorial tinham menor importância, as lutas tiveram como objectivo a defesa de salários e das terras comunais e baldios. No Norte, devido ao enquadramento clerical e de militares absolutistas, formaram-se também guerrilhas que, para Tengarrinha, mais do que movimentos políticos absolutistas, foram movimentos sem seiva política e antes caracterizados por banditismo a coberto de uma guerra religiosa de que D. Miguel seria a figura carismática.
- 15 O processo de envolvimento dos povos agrários no estado-nação através de movimentos de contestação não foi, para Tengarrinha (2008, 147), nem contínuo, nem geral, nem homogéneo. Esse processo pode ser dividido em três níveis, considerando,

no entanto, que entre estes três níveis, desde aqueles movimentos com motivações circunstanciais e espaços limitados ou os com motivações mais duradouras e espaços mais abrangentes, não existem fronteiras definidas. O nível mais elementar do processo referido foi o dos protestos pontuais tão radicais como espontâneos e muito à margem de uma conexão política com o todo nacional. Os líderes destes protestos eram gente local e eram muitíssimo autónomos. O nível intermédio foi o dos movimentos populares organizados, duradouros, tendo como líderes homens letrados e cultos, desejosos de defender o povo nas instâncias judiciais, sem, no entanto, as colocarem em causa. Foram eles que elaboraram as petições com milhares de assinaturas. Não reduzindo o povo à passividade, colocaram-no como interlocutor no diálogo institucional. O povo rural ficou, assim, com uma ideia mais ampla das injustiças senhoriais, do sistema de justiça e do seu compromisso com os opressores. O nível mais elevado do processo de penetração do plano político nacional no povo rural verificou-se quando os municípios, dissociados do poder central, passaram a liderar os movimentos populares. Foram considerados pelas populações os seus representantes legítimos e passaram a ser eles a tomar em mãos o movimento peticionário. Embora tal possa ter constituído um obstáculo à penetração da perspectiva política (nacional) no meio rural, ocorreram muitos casos em que estes municípios se articularam em grande escala, constituindo um modo de realização do plano político nacional (Tengarrinha 2000a), da periferia para o centro.

- 16 Em síntese, a obra que José Manuel Tengarrinha realizou sobre lutas sociais em Portugal é uma das primeiras da historiografia portuguesa que se preocuparam com o protagonismo da maior parte da população, mostrando exaustivamente e atendendo sempre a muitíssimas variações, que esse “povo” não foi alheio à construção da contemporaneidade deste país, muito pelo contrário. O sentido desse protagonismo no todo nacional deveu-se essencialmente a factores internos das comunidades agrárias e não a uma aculturação política por via das urbes.

3. Evocação breve (António Borges Coelho)

- 17 [Estava a ultimar uma obra pioneira e de fundo, *Lutas Laborais e Formação da Classe Operária Portuguesa*, quando a morte o chamou. Ainda estamos sentados à mesa.]
- 18 O historiador e professor José Manuel Tengarrinha foi um cidadão de corpo inteiro. Começou cedo, aos quinze, dezasseis anos, num país amordaçado. A entrega à luta civil implicava o risco de prisão, de tortura e para alguns a própria morte. O exercício de cidadania permite viver na carne as contradições sociais e políticas do seu tempo histórico e ao historiador ler com menos ingenuidade os documentos, os movimentos e as contradições sociais, culturais e políticas do passado. José Tengarrinha foi dirigente do MUD Juvenil na década de cinquenta do século XX. Proibido de ensinar, entrou como jornalista na *República* e no *Diário Ilustrado*. A Revolução de Abril libertou-o do Forte de Caxias e no comício do 1º de Maio de 1974, quando as multidões na rua legitimavam a revolução, esteve na tribuna de honra ao lado de Álvaro Cunhal e de Mário Soares. Foi deputado na Assembleia Constituinte e na Assembleia da República.
- 19 *Obra Política de José Estêvão* (1962) e *História da Imprensa Periódica Portuguesa* (1965) inauguram o seu trabalho historiográfico, que incide particularmente sobre a segunda metade do século XVIII e o século XIX. A história social na linha de Labrousse, Georges Lefèbvre, Albert Soboul e Albert Silbert atinge com José Tengarrinha um momento muito alto em *Movimentos Populares Agrários em Portugal* (1994) e em *E o Povo Onde Está? (Política Popular, Contra-Revolução e Reforma em Portugal)* (2008). A sua *Nova História da Imprensa Portuguesa* (2013), com mil páginas, é um monumento incontornável.
- 20 Foi professor da Faculdade de Letras durante 28 anos. As sebetas deram lugar à discussão dos textos e ao diálogo com a História. Foram dias exaltantes. A Universidade não o encerrou dentro dos seus muros. Dirigiu o Instituto de Cultura e Ciências Sociais,

em Cascais, e os Cursos Internacionais de Verão, realizados desde 1992 naquela vila. Lecionou em diferentes universidades de Itália, França e Espanha, e foi professor visitante na Universidade de São Paulo. Para o Brasil organizou uma *História de Portugal* (Tengarrinha 2000b), *A Historiografia Portuguesa Hoje* (Tengarrinha 1999) e a *Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea* (Arruda e Tengarrinha 1999), obras nas quais deu a conhecer no Brasil estudos de historiadores portugueses de muito diversas orientações.

21 [Continuamos sentados à tua mesa. Ouvimos e lemos as tuas palavras.

Bibliografia

Arruda, Jobson Andrade; Tengarrinha, José Manuel (1999). *Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea*. Bauru: EDUSC.

Avelar, Ana Paula Menino (2019). “José Manuel Tengarrinha e a civilização do jornal em Portugal: a Nova História da Imprensa Portuguesa – das origens a 1865”. *Cascais Interartes Crossroad of the Arts*, 1, pp. 93-107.

Letria, José Jorge (2015). *José Tengarrinha: o passado que ilumina o futuro. Diálogo com José Jorge Letria*. Lisboa: Guerra e Paz Editores.

Macedo, Jorge Borges de (1994). “Prólogo breve a uma leitura urgente”, in J. M. Tengarrinha, *Movimentos Populares Agrários em Portugal, 1751-1825*. Lisboa: Europa-América, vol. I, pp. 18-29.

Silbert, Albert (1978). *Le Portugal méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime*. Lisboa: INIC.

Tengarrinha, José Manuel (1965). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Portugália. (2ª ed., revista e aumentada, 1989.)

Tengarrinha, José Manuel (1981). “As greves em Portugal: uma perspectiva histórica do século XVIII a 1920”. *Análise Social*, XVII (67, 68, 69), pp. 573-601.

Tengarrinha, José Manuel (1983). *Estudos de História Contemporânea de Portugal*. Lisboa: Ed. Caminho.

Tengarrinha, José Manuel (1994). *Movimentos Populares Agrários em Portugal, 1751-1825*, 2 vols. Lisboa: Europa-América.

Tengarrinha, José Manuel (1999). *A Historiografia Portuguesa, Hoje*. São Paulo: Hucitec.

Tengarrinha, José Manuel (2000a). “Le Monde Rural Portugais aux XVIII et au XIX Siècle”, in *La politisation des campagnes au XIXe siècle, France, Italie, Espagne, Portugal. Actes du Colloque international organisé par l'École française de Rome*. Rome: École Française de Rome, pp. 315-326.

Tengarrinha, José Manuel (ed) (2000b). *História de Portugal*. São Paulo: UNESP e EDUSC.

Tengarrinha, José Manuel (2006). *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*. Coimbra: Minerva Coimbra.

Tengarrinha, José Manuel (2008). *E o Povo Onde Está? Política Popular, Contra-Revolução e Reforma em Portugal*. Lisboa: Esfera do Caos.

Tengarrinha, José Manuel (2011) [1962]. *José Estêvão. O Homem e a Obra*. Lisboa: Assembleia da República.

Tengarrinha, José Manuel (2013). *Nova História da Imprensa Portuguesa das Origens a 1865*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores.

Tengarrinha, José Manuel (no prelo). *Lutas Laborais e Formação da Classe Operária portuguesa*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.

Para citar este artigo

Referência do documento impresso

Sérgio Campos Matos, David Luna de Carvalho e António Borges Coelho, «José Manuel Tengarrinha (1932-2018), historiador», *Ler História*, 78 | 2021, 241-250.

Referência eletrónica

Sérgio Campos Matos, David Luna de Carvalho e António Borges Coelho, «José Manuel Tengarrinha (1932-2018), historiador», *Ler História* [Online], 78 | 2021, posto online no dia 23 junho 2021, consultado no dia 02 julho 2021. URL: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/8473>; DOI: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.8473>

Autores

Sérgio Campos Matos

Centro de História, Universidade de Lisboa, Portugal

smatos@edu.ulisboa.pt

Artigos do mesmo autor

Luís Bigotte Chorão, Política e Justiça na I República. Um regime entre a legalidade e a excepção. vol. II (1915-1918). Lisboa : Letra Livre, 2018, 669 pp. ISBN 978-989-8268-42-6 [Texto integral]

Publicado em *Ler História*, 75 | 2019

Manuel de Arriaga, Na Primeira Presidência da República Portuguesa. Um rápido relatório (estudo introdutório e notas de Joana Gaspar de Freitas e Luís Bigotte Chorão) [Texto integral]

Publicado em *Ler História*, 66 | 2014

Sobre o Dicionário de Historiadores Portugueses Da fundação da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo (1779-1974) [Texto integral]

Publicado em *Ler História*, 63 | 2012

David Luna de Carvalho

Instituto de História Contemporânea, NOVA FCSH, Portugal

davidlunadecarvalho@gmail.com

Artigos do mesmo autor

Sacuntala de Miranda e o envolvimento social do historiador [Texto integral]

Publicado em *Ler História*, 54 | 2008

O significado das acções colectivas de repertório tradicional na I República [Texto integral]

L'importance du répertoire traditionnel de l'action collective sous la Première République

The meaning of collective actions of traditional repertoire in the First Republic

Publicado em *Ler História*, 59 | 2010

Matos, Luís Salgado de, A Separação do Estado e da Igreja. Concórdia e conflito entre a Primeira República e o Catolicismo [Texto integral]

Lisboa, D. Quixote, 2011

Publicado em *Ler História*, 65 | 2013

António Borges Coelho

Universidade de Lisboa, Portugal

abgcoelho@gmail.com

Direitos de autor



Ler História está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.